



1. COMENTÁRIOS GERAIS

Parecer Comissão Consultiva	Ponderação pelo Consórcio
Na referência aos dados demográficos (distribuição e ocupação da zona costeira pela população), deve usar dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas – INE (Censo da população 2019), o relatório faz referência que 42% da população está na zona costeira, esses dados carecem de actualização.	É uma estimativa “grosseira” mas seria complicado chegar a um valor correcto. Foi substituído por “uma grande % da população”.
O relatório mistura constatações e realidades factuais no ordenamento jurídico nacional, isto é, deve haver diferenciação do que o consultor propõe e os factos constatados. Ex.: Centro de Coordenação de Operações Marítimas – CEPMAR e Sistema de Administração Marítima, são instituições que não existem, esta informação deve constar no relatório como tal.	O CEFMAR está proposto na Lei do Mar. Apenas recomendamos a sua operacionalização. O SAM é também apresentado como proposta.
É desnecessário fazer uma abordagem exaustiva, da estrutura orgânica, atribuições e competências dos diferentes sectores chaves.	Fez-se o levantamento daquilo que se considerou que poderia ajudar quer a elaboração do POEM quer a gestão futura do espaço marítimo
Incluir o turismo como um dos principais usos ou actividades na zona costeira, do mesmo modo que é referenciado para agricultura, comércio, pesca, etc;	O turismo é um dos principais usos e actividades. Não detectámos onde isso não tenha sido referido
No que respeita aos instrumentos internacionais, continentais e regionais, bem como a legislação nacional, é importante falar de como é que esses instrumentos e legislação influenciam (enquadram) no processo de Ordenamento do Espaço Marinho, e não fazer uma descrição exaustiva desses instrumentos. (Ex.: convecção sobre peixes migratórios traz muito detalhe).	São instrumentos que enquadram as propostas do POEM (a convenção sobre peixes migratórios só tem 5 linhas).
No que concerne a agricultura, é importante abordar o impacto que agricultura tem na zona costeira (ex.: erosão, poluição por fertilizantes ou outras utilizações, etc.).	Não temos informação sobre o impacto da agricultura na zona costeira. Foi referido indirectamente no capítulo da Qualidade do Ambiente
O relatório não faz abordagem do sector de recursos hídricos, Não se encontram matérias no documento sobre o Sector de recursos Hídricos. (Ex. legislação referente aos recursos hídricos).	O relatório considera os recursos hídricos e a sua legislação de forma directa em vários pontos: no Tomo 1: convenções, Lei e Política das Águas, ENGRH; no Tomo 2: em vários pontos do capítulo sobre Qualidade do Ambiente
Os Mapas devem ter uma escala mais visível e legenda na língua portuguesa;	Os mapas mais relevantes podem ser analisados no WebSIG. As legendas foram corrigidas
No relatório os quadros e figuras, devem indicar o número referente ao respectivo quadro ou figura, para facilitar a leitura e acompanhamento da informação citada, em vez de figura ou quadro seguinte;	O recurso a referências cruzadas trouxe uma série de problemas pelo que se optou por recorrer a este método
Tabela 6.16 – rever o título da tabela que faz referência aos anos 2014 – 2018, mas o texto faz análise de 2009 a 2018	Corrigido
Idem tabela 6.18 (mesmo comentário acima). O texto só faz referência aos anos 2017 – 2019.	Corrigido
Pag. 139, tabela 6.25 retificar a designação e siglas das	Corrigido



instituições do Estado que prestam serviços á pesca, de acordo com o Estatuto Orgânico do MIMAIP	
Na legislação nacional, incluir o decreto 42/2018 de 24 de Julho, sobre o Património de Estado, considerando que o mar é património do Estado;	O Decreto n.º 42/2018 de 24 de Julho que aprova o Regulamento de Gestão do Património do Estado e estabelece o regime jurídico de gestão do mesmo, não abrange os recursos naturais.
Clarificar o que se pretende ao trazer Investigação Científica neste capítulo, o texto sobre investigação científica é repetitivo, já foi abordado no Tomo 3. Deveria-se falar da investigação na perspetiva de como a inovação tecnológica pode trazer melhoria no ordenamento marítimo. Por outro lado, deve-se explorar mais o REICIM que foca na pesquisa e investigação marinha.	Foi reformulado.

COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

Tomo 1 - Enquadramento

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
Pág. 1 (3º)	Nota Introdutória	Na nota introdutória, 3º parágrafo, substituir Conselho Consultivo por Comissão Organizadora, e o número de membros neste momento são 14. visava obter dados de base, em face das lacunas identificadas. Na verdade, o reporte ora produzido tem como principal óbice a qualidade dos dados de base, o que se reflecte na homogeneidade, qualidade e profundidade com que os vários temas são tratados TERMINOLOGIA: substituir MITADER por MITA	Esta parte da nota introdutória foi retirada por relatar problemas entretanto ultrapassados Idem Corrigido (onde aplicável)
3	Relatório de Inventário e Caracterização. Descrição Geral	identificação na Fase seguinte, para a identificação de compatibilidades e incompatibilidades de usos, actividades e funções, de áreas de conflitos potenciais, das áreas prioritárias para alguma actividade, etc.. impactos sobre o K natural	Ok
Pág. 10 (1º)	Objectivos	Corrigir: Os TdR foram elaborados pelo MIMAIP sob coordenação da DIPOL, com financiamento do Banco Mundial	Corrigido
15	Condicionantes legais ao processo de planeamento e ordenamento	3.2.1. - ORTOGRAFIA: corrigir adaptação. Deve ser adopção	Não foi detectado o que referem



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
	especial marítimo		
14	Convenções e outra Regulamentação Internacional	Pag 15 e 16. De salientar a inclusão das metas do ODS 14, para as quais o SWIOFISH contribui	Está-se aqui a descrever os ODS, não faria sentido referir o SWIOFISH
24	3.2.2 Legislação Nacional	<p>Seria útil uma tabela sumarizando as varias leis e decretos com impacto no espaço marítimo assim como as implicações sectoriais da mesa (quem fala com quem, alguma lei ou decreto com precedência sobre outra - por exemplo MIREME pode licenciar áreas de exploração sem falar com MIMAIP? MITA pode emitir licenças ambientais sem ouvir MIMAIP; Áreas definidas como prioritariamente de Defesa e Segurança; áreas pré identificadas como de risco climático, eg. ciclones e erosão). Esta tabela pode também identificar eventuais falhas ou contradições entre Leis sobre o mesmo espaço. Servirá ainda para que cada membro da Comissão Consultiva possa comentar sobre a intervenção do seu Ministério e levar o assunto ao seu respectivo Conselho Técnico.</p> <p>Ainda, importante levantar neste capítulo, e na Comissão Consultiva, a pergunta sobre a aprovação do PNDDT pelo CM e calendário para apresentação na AR, uma vez que a POLMAR recomenda, tal como na Lei do Mar, a integração do POEM no PNDDT. Dado que no PQG a aprovação do POEM está como indicador de resultado mas o PNDDT não é mencionado, será necessário entender como se faz o alinhamento.</p>	<p>Uma tarefa desse género seria justificação suficiente para um estudo autónomo. Até porque não é possível dar respostas que a própria legislação não oferece.</p> <p>Não cabe à equipa esta diligência. O POEM tem em conta a articulação com o PNDDT.</p>
106	Programas e Planos Territoriais com incidência no Espaço Marítimo	<p>Excelente apresentação das interações dos vários planos a nível do Distrito, inclusive com PNDDT e PLA (ver fig. 3.12, pag 120) e com planos de maneio ANAC (quadro 3.3. pag 122).</p> <p>*Pag. 120 - Abordagem metodológica aos PLAs, exemplo Macomia. Seria útil fazerem este mesmo exercício para todos os distritos de intervenção do SWIOFISH, ganhando assim uma abordagem pragmática a implementação das recomendações de mitigação e adaptação climática.</p>	<p>Agradecemos</p> <p>É apenas um exemplo.</p>
131	Articulação com o PNDDT	Nada a referir a não ser valorizar a importância dada pelo MIMAIP e pela consultora nesta interação e em	Agradecemos



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		ressaltar as áreas de interesse comum e de referencia ao quadro legal. Muito importante os mapas onde se apresentam eventuais conflitos de uso e a visão e racional para o conteúdo proposto pelo PNDT e , consequentemente, POEM.	
169	Síntese de Benchmark	<p>Benchmarking. Seria importante, para aqueles planos de carácter nacional ou regional, que se descrevesse, brevemente, para cada um dos casos o arranjo institucional para o ordenamento do espaço marinho nacional - quem liderou a preparação dos planos, a que nível é aprovado, como é ou não supervenientes instrumentos sectoriais, etc.</p> <p>Os subtítulos na seção da Austrália parecem repetidos. Verificar se não há erros</p> <p>p.205. Pela descrição, fica difícil entender bem a diferença entre as diferentes classes, principalmente entre a área de preservação do santuário e reservas ecológicas.</p> <p>Jamaica. Seria interessante ter uma nota sobre os tais santuários de peixes rotativos (como funcionam, rotativo em que frequência).</p> <p>Além disso, o ponto-chave de entender seria porque não houve avanços na formalização do plano, se já se estava bastante avançado desde 2015? Este poderia ser um elemento importante para Moçambique.</p> <p>p.236. Portugal. Qual o critério para definir essas actividades listas como não sendo objectos de espacialização. Não foi possível depreender facilmente o que elas têm em comum.</p> <p>Seria interessante incluir mais mapas do exercício em Portugal para referência.</p> <p>Também não ficou claro o ponto de último de situação do processo naquele país.</p> <p>p.254. Linhas de orientação. Seria bom tornar as linhas propostas mais claras.</p> <ul style="list-style-type: none"> O segundo bullet point sobre interesse público não é claro. 	<p>A preocupação em realizar o <i>benchmark</i> foi de obter possíveis exemplos metodológicos para a elaboração do POEM de Moçambique. Questões relacionadas com a preparação e aprovação dos planos estando já previstas no RJUEM não foram consideradas na análise.</p> <p>Os subtítulos correspondem a informação específica sobre o Parque Marinho da Grande Barreira de Coral</p> <p>Foram revistas as descrições</p> <p>Não temos essa informação. Mas esse sistema existe em várias áreas de conservação.</p> <p>A nossa preocupação foi o processo de elaboraçãp. Não dizemos que o plano não foi aprovado. Teria que passar por vários departamentos do Governo provavelmente já estará aprovado.</p> <p>São actividades que podem ocorrer em qualquer local do espaço marítimo ou cuja localização não está ainda identificada.</p> <p>O PSEM de Portugal não tem mapas específicos, só um WebSIG.</p> <p>O processo foi aprovado em 2019. O diploma está referido na pág. 230. As Regiões Autónomas (arquipélagos) ainda não têm os planos respectivos finalizados.</p> <p>São exemplos de linhas orientadoras retiradas dos planos analisados, ou seja ideias, não têm que ser aplicadas.</p> <p>Acresce, que os primeiros dois</p>



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<ul style="list-style-type: none"> O terceiro ponto refere a necessidade de equilibrar "reivindicações de interesse nacional e de outros interesses públicos", sem estar de forma nenhuma clara a que se refere. "incorporação de uma componente nacional nos projectos de exploração de recursos naturais e, em particular, do gás". Não entendo porque isto seria uma linha orientadora do "ordenamento do espaço marítimo". Para mim parece fora de lugar. "A promoção da produção energética de fontes renováveis offshore". Não está clara qual a linha orientadora aqui. 	parágrafos da secção em causa, inserida no capítulo do <i>Benchmark</i> , enquadram o conceito pouco preciso das "linhas orientadoras" encontradas nos planos homólogos de outros países, referindo, entre outros, que "Nem todos os planos de OEM, de outros países, definem linhas orientadoras e, quando o fazem, não é clara a sua definição" ou estas não encontram correspondência em Moçambique.
		<p>p.256. É legítimo o objectivo de "endogeneização" do desenvolvimento, mas não me parece algo a priori crucial para o ordenamento do espaço marítimo. Parece a colocação, nesse sentido, fora de lugar.</p> <p>Quadro 4.2. pag 247; Fig 4.35 pag. 250. Muito útil. Seria importante se a TPF pudesse incluir uma análise SWOT e uma indicação de ganhos e perdas nas várias escolhas e modelos apresentados, para melhor partilhar com a Comissão Consultiva os desafios e oportunidades de cada escolha.</p>	<p>A frase em que se insere a expressão apontada não diz que seja algo <i>a priori</i> crucial para o ordenamento do espaço marítimo. Pretende-se referir apenas a possibilidade de o PNDT conter objectivos que interessam ao POEM.</p> <p>O quadro 4.2 é uma síntese do zoneamento dos três planos da Suécia e a fig. 4.35 um exemplo da representação gráfica. O exercício de <i>benchmark</i> é uma busca por exemplos, com realidades muito diferentes, não teria cabimento uma sistematização.</p>
176 (3º)	Classes e subclasses de zoneamento	Incluir nota explicando o que é NATURA 2000, sendo a primeira referência	Incluída uma nota de rodapé explicativa.

Tomo 2 - Caracterização Geral

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
1 (1º)	Caracterização Geral Do Espaço Marítimo De Moçambique E Zonas Costeiras	<p>É fundamental referir aqui que trata-se da área de terra firme, sem incluir o espaço marítimo nacional, pois segundo a POLMAR a superfície de Moçambique é de 1.371.380 Km²</p> <p>Há também divergência nos números referentes a área de terra firme: POLMAR – 786.380 Km² e Proposta 784.032 km²</p>	<p>Corrigido de acordo com a POLMAR</p> <p>Idem</p>
2 (1º)		Dados divergentes aos da POLMAR (572.000 Km ²) de área marítima	Idem



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
2	Caracterização Geral do Espaço Marítimo de Moçambique e Zonas Costeiras Área abrangida pelo POEM	p.2 Para a linha de base, incluir o que significa "em breve" segundo o Governo, e que passos (técnicos e processuais) estão faltando para a referida definição.	A linha de base foi entretanto aprovada pelo que esta parte do texto foi revista
10	A Integração e sobreposição das diversas actividades, usos e funções na zona costeira e espaço marítimo nacional	pag 14, distrito de Matutuine - incluir referencia a Área de Proteção Ambiental de Maputo, criada em Novembro 2020	Incluída.
16	Condições Naturais do Espaço Marítimo de Moçambique	Caracterização muito importante pois determina a exposição natural das zonas costeiras e comunidades aos respectivos riscos climáticos e riquezas naturais.	Concordamos
18	Oceanografia	Seria possível inserir uma nota explicando porque Memba é um outlier?	A classificação climática de Koppen-Geiger obedece a um conjunto diversificado de critérios. Não temos (ainda) informação sobre a especificidade da zona de Memba mas já a registámos como possível objecto de investigação.
67 (1º)	Sismos	Esta informação não é verídica, porque até então nunca tinha se registado de ocorrência de sismo que justificasse tal preocupação	Não existe discordância alguma com o que foi mencionado no relatório. Foi retirado o parágrafo sobre a percepção.
81	Evolução da Linha de Costa	" . De acordo com Moreira (2005) e Palalane et al. (2016) a evolução da faixa costeira moçambicana no passado recente caracteriza-se essencialmente por erosão" pag. 81, alerta muito importante. Fig. 5.50. e muito importante para planificar crescimento das comunidades pesqueiras (fazer ligação com informação PNDDT, eg dinâmica populacional) 5.3.3. Fala de Maputo, Inhaca e Ponta do Ouro mas deveria falar de toda a Costa de Maputo a Ponta do Ouro, dada a presença de comunidades pesqueiras e da dinâmica humana com impacto na erosão. 5.3.4. Considerações finais. Parece haver 1 contradição com previsões indicadas no PNDDT. Enquanto no PNDDT	O texto foi modificado para clarificar a congruência dos resultados obtidos no âmbito deste trabalho com os obtidos no âmbito de estudos anteriores. Os resultados aqui apresentados possibilitam, uma visão global e integrada da evolução de toda a linha de costa de Moçambique. O destaque dado aos locais referenciados resulta destes serem os únicos em que é possível comparação com resultados anteriores (que são muito limitados na abrangência espacial). O texto foi modificado de forma a destacar a existência de numerosas situações de risco, sem perder a



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		se indica que ao longo do seculo algumas zonas costeiras podem perder ate 500 metros (erosão, subida das aguas do mar) aqui falase de "estabilidade, não contribuem para situações de risco"	<p>perspectiva de que a maior parte do litoral Moçambicano se encontra estável ou em acreção. Menciona-se a imperativa necessidade de estudos de pormenor para efeitos de planeamento e ordenamento do território e do risco costeiro.</p> <p>Não obstante, apresentam-se tabelas com os valores máximos e mínimos da variação da LC (m/ano) que indicam claramente a possibilidade de ocorrerem recuos (ou acreções) da LC da ordem de grandeza referida no PNDD. Refere-se também, que as áreas associadas a maiores variações da LC são as mesmas que as indicadas no PNDD.</p> <p>Quanto ao risco, este está directamente associado à perda de valores e ao impacto sobre pessoas. A maior parte do litoral moçambicano encontra-se em estado natural e desocupado pelo que, nestes casos, existe perigosidade mas não existe risco.</p>
118	Mudanças Climáticas	Info baseada em projecções do INGC.	O texto foi modificado para clarificar todas as fontes de informação utilizadas.
119	Vulnerabilidade do litoral	Aqui volta-se a falar dos números do PNDD, como "números controversos" e da vulnerabilidade do litoral. Tendo em conta a importância desta informação para gerir e planificar com a segurança possível assentamentos humanos e infraestruturas nas zonas costeiras, Fig. 5.87 é uma boa indicação de base para as inundações da linha de costa.	<p>A única referência a "números controversos" consta na pp 118 e não se refere ao PNDD mas sim à diversidade de projecções de variação do nível médio do mar para 2100, contida na literatura.</p> <p>Esta diversidade relaciona-se com o número e complexidade de variáveis envolvidas nestas estimativas assim como, com os avanços do conhecimento científico. No contexto da incerteza associada aos cenários de alteração climática, adoptámos neste estudo opções que respeitam o "Princípio da precaução".</p>
128	Vulnerabilidade dos recursos	Informação muito sumaria mas muito importante. Impacto da subida da temperatura das aguas do mar e diminuição da biodiversidade,	Será relevante no futuro obter mais informação a este respeito.
132	Qualidade Ambiental	" Cerca de 80% da poluição do meio marinho tem origem em terra...!!! Para informar outras politicas e medidas. A identificação dos sectores/actividades económicos responsáveis ajudará a resolver em terra parte substancial desta poluição. Informação crucial para o quadro legal e fiscal de gestao da poluição marinha e das oportunidades de	Sem dúvida



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>emprego que pode gerar.</p> <p>A interacção com o MTA e muito importante em ambos os aspectos, legal e fiscal.</p> <p>A interacção com a erosão costeira e a dinâmica populacional e também importante. A fig. 5.9.3. pag 153 pode ser analisada em detalhe na Comissão Consultiva.</p> <p>Instrumentos e necessidades de gestão podem ser discutidos em conjunto com ProAzul, DINAB e DINOTER para eventual implementação e monitoria conjuntas ao nível da província e do distrito.</p> <p>Quadro 5.15., pag. 161, POLMAR, orienta para o dialogo multisectorial.</p> <p>"Instrumentos de âmbito nacional gerais com impacto sobre o sector". Ver comentário acima no capítulo 3.2.2. – Legislação Nacional, sobre a elaboração de 1 tabela.</p>	<p>Concordamos</p> <p>Concordamos</p> <p>Concordamos</p> <p>Concordamos</p> <p>Ver resposta junto ao comentário referido</p>
	5.5.8 Conclusões	"Há necessidade de clarificar o papel da AQUA no quadro do POLMAR". Seria importante envolver o ProAzul nesta discussão dado o seu papel no desenvolvimento de actividades no espaço marítimo.	Concordamos

Outras alterações

- No ponto 5.1.2. Costa pantanosa (Costa de mangal) (pag. 5), últimos 3 parágrafos foram alterados.
- Fig. 5.26: alterada a legenda

Tomo 3 - Usos, Actividades e Funções

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
1	Descrição Geral	No geral captados os principais grupos / actividades e funções de uso do espaço marítimo.	
2	6.2 Comunidades costeiras Descrição Geral Caracterização	No geral o conteúdo deste pode precisa ser melhorado e Indicar as fontes da descrição feita, incluindo das estatísticas apresentadas ao longo dos ponto 6.1 e 6.2; Seria importante também considerar	Não existem estudos aprofundados que permitam caracterizar a importância socioeconómica da faixa costeira. Apenas se conhecem alguns estudos realizados na faixa costeira norte. A



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>uma descrição sumariada a indicar a importância sócio-económica da faixa Costeira para o país e para as comunidades Costeiras; É preciso caracterizar melhor a estrutura social das comunidades Costeiras - distintos entre Sul/Centro e Norte do país (assim como é apresentado não é inconsistente). Também na descrição geral seria desejável uma descrição sumária do tipo, estado geral e distribuição de infraestruturas públicas úteis.</p> <p>A informação da tabela 1 é questionável (e qual é a sua fonte?). A situação evoluiu bastante. A mulher hoje em dia, sobretudo na zona Sul decide cada vez mais sobre o resultado do seu trabalho.</p> <p>No rol das atividades económicas das comunidades é preciso discutir a “caça”, visto que é uma prática que tem vindo a ser desencorajada e de facto reduzir bastante. A criação animal está cada vez mais a substituir a caça na economia familiar</p> <p>Na caracterização geral...atenção que o papel da mulher na pesca no Sul (dominam a comercialização de pescado e também algumas são proprietárias de pequenas embarcações) é distinta no Norte.</p> <p>Tabela 6.2: Indicar a fonte dos dados e clarificar o entendimento de um centro de desembarque (considerando que esta não é necessariamente uma infraestruturas).</p>	<p>caracterização conhecida da faixa costeira moçambicana, incide concretamente sobre a morfologia da faixa e não propriamente sobre os seus povos. Sendo o âmbito do POEM a utilização do espaço não teria cabimento estar a proceder a estudos detalhados sobre este aspecto.</p> <p>Esta informação surge de conclusões saídas de alguns estudos realizados, incluindo o próprio Censo da Pesca Artesanal que em termos de propriedade das Unidades de Pesca e tomada de decisão sobre a comercialização de pescado e outros bens (agrícolas) tem sido masculina. Estudos recentes, como sobre as migrações de pescadores artesanais na zona costeira de Moçambique também mostraram esta tendência.</p> <p>Convencionou-se que o POEM se focava nas actividades que ocorrem no mar ou que têm a ver com o mar. Acresce que a caça não tem sido uma actividade expressiva que pudesse substituir a pesca.</p> <p>Ver resposta mais acima</p> <p>A fonte é a base de dados brutos do Censo da Pesca Artesanal de 2012, tendo sido retirados apenas os dados da faixa costeira. Os “centros de desembarque” associados aos centros de pesca artesanal foram assumidos como sendo os locais onde existem pelo menos uma das seguintes infraestruturas: fábrica de gelo, câmara de conservação ou mercado de 1ª venda. Dado que havia grandes inconsistências que não conseguimos resolver por falta de disponibilização de informação, optámos por retirar essa coluna do quadro.</p>
5 (2º)	Pescas	O relatório faz menção da existência de	Do Censo da Pesca Artesanal de 2012,



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		1.217 centros de pesca , Censo de 2012 apresenta 1586 Centros de Pesca, rever os números há divergência nos dados.	dados em bruto, tendo apenas sido retirados os dados da faixa costeira. Alterámos para os valores correspondentes às províncias costeiras.
12	6.2.3 Valores (actuais e potenciais)	<p>Ponto sobre o valor económico: Fica-se com a ideia de que no subsector da PPE é medido apenas pelos investimento público realizado (tabela 6.4) e não pela sua contribuição na renda e contas nacionais. Reconhecemos a dificuldade de cálculos nesse sentido dado a limitação da sistematização de dados, mas é preciso pelo menos discutir o aspecto de sub-valorização económico do subsector da PPE.</p> <p>Porquê não se discute o valor económico da agricultura sendo ela atividade económica chave na zona costeira ?</p> <p>A análise feita sobre o valor social das atividades económicas na Zona Costeira, não é clara e assertiva. Há que melhorar.</p>	<p>As próprias instituições públicas (INE e as do Sector de Pescas) não têm estes dados. Por outro lado, não existem estudos específicos para tal.</p> <p>Convencionou-se que o POEM se focava nas actividades que ocorrem no mar ou que têm a ver com o mar</p> <p>Não temos informação detalhada que o permita.</p>
15	6.2.4 Interacção	<p>Indicar de forma clara quais as "atividades que contribuem para a conservação da biodiversidade enquanto dão renda às famílias".</p> <p>Por outro lado este ponto deveria ser melhor sintetizada indicando as eventuais causas estratégicas que resultam nos conflitos referenciados.</p>	<p>Estão referidas no quadro. Aliás é cada vez mais comum o envolvimento das comunidades em actividades de conservação.</p> <p>Estão também referidos os conflitos.</p>
	6.2.5 Recursos necessários à sua existência/ desenvolvimento sustentável	<p>Parag 2: Na realidade grande parte das embarcações de pesca a linha operaram de forma permanente para além das 6 milhas.</p> <p>Parag 3: seria importante elaborar melhor e com alguns exemplos concretos o impacto negativo na PPE resultante do Boom de outras (quais) atividades. No geral parece que está associado as ACs.</p> <p>Parag 5: actualizar a inf. com o ProAzul, pois este objectivo já foi cumprido (janela 1 do Mais peixe) e está em curso na sua vertente de janela 2. Por outro lado, o ProAzul conduziu outras iniciativas neste âmbito por exemplo em Cabo Delgado.</p>	<p>Pensamos que são embarcações da Pesca Semi-industrial que, embora façam parte da Pesca de Pequena Escala, não constituem objecto da Pesca Artesanal e não estão directamente associadas às comunidades costeiras</p> <p>Essa matéria foi referida no ponto imediatamente anterior "Pressões e ameaças", não faria sentido tornar a repetir aqui</p> <p>Informação solicitada, mas que nao foi fornecida.</p>





Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>Parag 6 e 7: Atenção que a Constituição é claro no que concerne “a propriedade dos recursos naturais”. Pertencem ao Estado (não creio que haja espaço para direitos de propriedade para as comunidades).A discussão aqui tem que ser nas formas de acesso e responsabilização (pelo seu uso) às comunidades.</p> <p>Neste ponto ainda é importante resumir melhor (com o apoio da ADNAP) sobre as iniciativas do FishCC e Swiofish1-MZ para empoderar as comunidades ao acesso e uso responsável dos recursos por vias de áreas de gestão comunitárias, acordos de gestão e planos de gestão locais. O estudo de lições apreendidas do FishCC financiado pelo BM é uma fonte obrigatória para melhorar parte do conteúdo deste ponto.</p>	<p>Os recursos naturais pertencem ao Estado mas os Planos de Maneio Comunitário de Pescas permitem o envolvimento das comunidades na sua gestão.</p> <p>Apesar da insistência não nos foram disponibilizados os relatórios dos resultados dessas iniciativas.</p>
20	6.2.6 Instrumentos de gestão	<p>Tabela 6.6: incluir o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores (REPAI). No parágrafo logo a seguir a tabela, clarificar quais os 2 (será ?) instrumentos que se refere serem os únicos que orientam a participação das comunidades na gestão dos recursos Costeiros. Os planos de gestão das pescarias não são considerados instrumentos legais e não deveriam ser listados ?</p> <p>Julgo também que seria importante mencionar as lacunas gerais dos principais instrumentos neste âmbito (p.ex: Lei das Pescas, REPMAR, planos de gestão) e referir o processo em curso de revisão e / ou elaboração de alguns.</p>	A tabela foi actualizada e o texto revisto.
23	6.2.7 Necessidades de gestão	<p>Para permitir uma melhor análise articulada, este ponto deve ser desagregado em subsectores de pesca / aquacultura e agricultura. Assim como está perde-se o essencial em cada um dos subsectores no concernente aos desafios de controle /gestão, esforços em curso e limitantes estruturais, incluindo institucionais e técnicas/humanas, e legais.</p> <p>É erróneo dizer que o maior perigo na conservação da biodiversidade recai sobre a pesca comercial (querem dizer PI ?), pois a realidade no terreno mostra o grande impacto da chamada pesca</p>	<p>Este ponto tem que ver com necessidades de gestão da utilização que as comunidades costeiras fazem da faixa costeira no seu todo e de forma integrada. O POEM tem que ver com gestão do espaço.</p> <p>Estão ambas referidas</p>



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>artesanal e comunidades a ela relacionada (corte massivo de mangal, uso assustador de chicocotas e redes mosquiteiras nos sacos de arrastos para praia, pesca nos estuários, pesca sem licenças, etc.).</p> <p>Em relação a componente Pescas, recomenda-se a leitura do já referido Relatório de lições apreendidas do projecto FisCC; Dos Relatórios dos Estudos no âmbito da proposta (nova) estratégia de MCS e o respectivo Plano de Combate ao IUU. Estes documentos contem recomendações interessantes sobre as necessidades de gestão necessárias nos diferentes subsectores de pesca.</p>	<p>Não foram disponibilizados os Relatórios desses estudos e a proposta de estratégia, apesar da insistência feita.</p>
30	6.3 Soberania, Defesa e Segurança Nacional	<p>Deveria fazer referência ao papel do Conselho Nacional do Mar e a articulação com o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, tendo em conta que são as FDS o elemento presente em ambos e com um papel muito determinante.</p> <p>Este capítulo levanta 2 questões muito importantes, a observar o seu desenvolvimento: (1) com que meios (equipamentos e financeiros) as FDS irão implementar o papel que lhes é atribuído; (2) formação e capacitação das FDS no âmbito da Economia do Mar/Economia Azul para operacionalizarem o seu mandato, uma vez os meios disponíveis.</p>	<p>Os meios e os equipamentos financeiros estão apontados no documento. O que está escrito em nosso entender é elucidativo não sendo necessária essa referência explícita.</p> <p>Não existe qualquer política orientada a dotar o país dos meios que o CEDN refere, nem para cumprir com as tarefas estabelecidas pela PDS. A falta de recursos inviabiliza a FADM e a PRM de cumprir cabalmente as suas principais funções e obriga a que o Estado peça ajuda externa para garantir a segurança marítima, o que coloca Moçambique numa situação de dependência externa para garantir a segurança marítima.</p> <p>Moçambique não dispõe de qualquer política pública ou especificamente de Defesa e Segurança orientada para a edificação de uma capacidade naval sustentada, capaz de fazer face às necessidades nacionais e aos compromissos internacionais. Predomina uma orientação de curto prazo, <i>ad-hoc</i>, orientada primeiramente na busca de donativos militares que resultam no aceitar embarcações que países doadores oferecem. Estas embarcações, por norma, já não estão ao serviço no país de origem e, por vezes, são pouco adequadas para as actividades de segurança marítima.</p>
33 (2º e 3º)	Efeito de defesa	<p>Verificar na Constituição da República as atribuições do Ministério da Defesa constam no artigo 265. Conjugado com</p>	<p>A Lei não é clara tal como mencionamos sendo preciso conjugar a CRM com o Decreto, o que foi feito.</p>



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		o Decreto 71/16 de 2016 de 30 de Dezembro	
41		Confunde as empresas de segurança marítima marítimas com as empresas de segurança civil, de patrulhamento. Embora o Estado terciariza estas actividades. As empresas privadas alistadas não tem haver com a questão de segurança marítima – É função do Ministério da Defesa fiscalização e patrulhamento	Não confunde. A função é do MDN que pode, se assim entender, contratar essa tarefa. A listagem foi fornecida pela PRM e constam os totais de empresas de segurança existentes no território. No texto é explícito que são empresas de segurança privada nunca é referido que fazem segurança marítima. Nada impedem que não o venham a fazer.
42	Organização	Retificar a informação que refere que Portugal, doou lanchas, o que na verdade foram “botes”, para fins de busca e salvamento.	Rectificado, embora o MDN de Portugal não o confirme (nem a imprensa).
43	Tendências	A informação não é verídica, rever a informação junto do MDN, (Ponto focal)	É a informação que temos. Não chegou a ser fornecida outra informação mais precisa.
44	Perspetivas para os próximos 2 anos	Retirar o paragrafo, não tem alinhamento ao que se pretende do plano. Questões politicas não fazem parte do objecto de estudo do POEM (crise das dividas ocultas).	Retirado.
45	Área / Espaço ocupado	Incluir lago Niassa nas sub-Bases; Retificar o MDN não tem Batalhão de artilharia costeira; O MDN não tem Unidade de mergulhadores independente, os mergulhadores são tutelados pela Mecânica Naval. Sub base Naval de Tete situa-se na Cidade de Tete e não na Albufeira, na albufeira existem apenas uma posição.	Alterado. Mas seria interessante ter mais informação sobre assunto. Não se diz que mergulhadores são independentes. Corrigido.
54 – 55		Autoridade marítima que se recomenda para Moç. Não é aplicável, conflitua com a Lei do mar. FAD tenciona criar uma estratégia de segurança marítima.	Contraria vosso comentário duas linhas abaixo: “O Sistema de Autoridade Marítima, ainda por criar, pressupõe um nível ministerial, e não inclui a marinha de guerra nesta autoridade. Não impede que se recomende e se possa vir a alterar a Lei. Os estudos e a consultoria servem para isso mesmo.
59		Autoridade marítima nacional, proposta, não está prevista na proposta de decreto que cria o Conselho Nacional do Mar - CNM, o que contraria a composição do CNM.	Desconhecemos a proposta de decreto que cria o CNM e contraria o vosso comentário abaixo: “O Sistema de Autoridade Marítima, ainda por criar, pressupõe um nível ministerial, e não inclui a marinha de guerra nesta autoridade”.



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
			O facto de não estar prevista não quer dizer que não se possa recomendar e apresentar um modelo.
54	Criar uma estratégia nacional de Segurança marítima	Esta proposta não se alinha com as perspectivas do Sector que esta a criar uma Estratégia Naval	Só é possível ter estratégia Naval com meios navais, o que não é o caso. Além do mais contraria comentário anterior: "FAD tenciona criar uma estratégia de segurança marítima".
59 (2º)	Outros planos de Ordenamento e gestão de carácter mais abrangente	Rectificar a informação sobre a criação da Autoridade Marítima, não começou em 2012, mas sim, deu início em 1996, pelo MTC.	Rectificado.
60		Rectificar o conceito de autoridade marítima e o Sistema, Diz que a Marinha de Guerra deve ser responsável pela Autoridade Marítima Nacional. O Sistema de Autoridade Marítima, ainda por criar, pressupõe um nível ministerial, e não inclui a marinha de guerra nesta autoridade.	Como não foi criada esta é uma proposta que sugerimos que possam equacionar: incluir a marinha na AMN.
61 (2º)		Deve dotar de meios ao Sistema, pela Lei essa deve ser a suposição, isto é, quem deve ser dotado de meios é a autoridade marítima e não o sistema...	Foi corrigido.
67	6.4 Biodiversidade, Ecossistemas e Áreas de Conservação	Áreas de Conservação: fazer maior referencia ao papel da ANAC e seu papel na gestão destas áreas. Para as áreas de Protecção Ambiental, assim como KBAs, que são tutela de MITA, será eventualmente útil pensar na elaboração ou finalização dos respectivos planos de gestão, aos quais o POEM devera então fazer referencia. No caso de intervenção conjunta (MIMAIP/MTA/outros) desenvolver-se-á então um plano de ação conjunto.	Revisto. A APA Ilhas Primeiras e Segundas é referenciada no documento, tal como o seu plano de manejo que remonta a 2015, pelo que a sua revisão e atualização deverá ser efectuada brevemente, como inclusivamente está recomendado no documento (pág.103): "Avaliar, rever e actualizar os planos de manejo das áreas de conservação e a sua execução". Na informação adquirida, as KBA não apresentam à data qualquer estatuto legal ou regulamento definido na legislação Moçambicana. Sabe-se que no futuro, as KBA que se encontram em processo de discussão e que não venham a ser integradas em AC já existentes, virão a ter um documento de suporte que permita a aplicação de medidas específicas com vista à sua protecção ou conservação mas, como referido não existe ainda documento



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		A fazer aqui especial atenção nos mapas de conflitos de uso, uma vez que, como se observou no PNDT, há áreas de conservação e protecção ambiental, assim como áreas ambientalmente frágeis. com licenças de pesquisa e/ou exploração mineira etc.	formalmente aprovado. Revisto. No entanto os conflitos de uso são objecto de análise mais detalhada na fase seguinte.
68 (4º)		Fazem listagem de varias áreas de conservação, recomenda-se fazer referencia dos decretos da sua criação (decretos que criam as aéreas de conservação) Habitat critico, como definir se é critico ou não para evitar diferentes interpretações	Revisto. Revisto.
71		Actualizar informação sobre população viável de dugongos em Bazaruto. Se realmente esta população é viável, estudo foi de 2012, é antigo.	O estudo de Findlay <i>et al.</i> 2011, apesar de antigo, é o mais recente existente na literatura científica publicada. Foi adicionada a referência à Associação para a Conservação e Protecção dos dugongos (dugongos.org) que, através do projeto MZ2 <i>The distribution of dugongs in the coastal waters of Mozambique</i> , fornece a mesma informação.
71 (1º)	Tubaroe e raias	Indicar a fonte que fala de 153 espécies de elasmobrânquios; Tubarões e Raias Número de espécies – não existe referencia nesta sessão, fonte de informação	Revisto. Revisto.
74 (1º)	Moluscos	Decreto 45/2006 de 30 de novembro, dizer sobre o que trata este decreto.	Revisto.
75	Crustáceos	Deve-se fazer referencia a autoridade científica que trata sobre esta matéria - o IIP	Revisto.
76 (2º)	Recife de Corais	Problemas que afectam os corais em Moçambique (o termo não é autoridade turística irregular) significa que “não existe lei e politicas sobre o assunto”, dizem que é actividade turística desregulada.	“actividade turística desregulada” foi substituído por “actividade turística desadequada”. O termo “actividade turística desregulada” referia-se à atividade que é efetuada não cumprindo o que está regulamentado. Efectuado normalmente por pessoas individuais, por exemplo “quebra de corais por parte de mergulhadores ou nadadores incautos” (Balidy e Jacinta, 2011).
77		Actualizar a figura 6.3, sobre distribuição de recifes de coral, a referencia de 2008 é ultrapassado	Atualizada.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
80	Dunas	Incluem as lagoas costeiras e dunas parabólicas, recomenda-se a separação dos 2 ecossistemas e descrever. E elaborar mais problemas actuais, exemplo a construção de instâncias turísticas onde existem lagoas costeiras por exemplo no Bilene, que podem trazer impactos negativos aos ecossistemas (tanto para parabólicas e lagoas costeiras).	Revisto. Lagoas costeiras e Dunas parabólicas são dois ecossistemas descritos separadamente.
91	Valor Económico	Ultimo paragrafo, é especulação. Importância das áreas de conservação – se não encontrarem evidências sobre esta informação sugere-se que se retire o paragrafo	Parágrafo reformulado.
92		Valor social ver figura 6.7 fazer a referencia no texto das figuras (isto deve ser incluindo com comentarios gerais.	A figura 6.7 diz respeito ao valor económico definido através da estimativa do valor dos serviços de ecossistema e não ao valor social. A figura 6.7 está agora citada no texto.
109		Tabela 6.14, harmonizar com o texto, deve-se incluir uma coluna sobre nomes vulgares e nomes das especies. Para harmonizar com os nomes que estão no texto. Valor social dos ecossistemas, não identificam quais são esses ecossistemas	Revisto. No Valor social estão incluídos todos os ecossistemas e existem referências para um único em particular, como aliás acontece nos restantes valores.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
114	6.5 Pescas 6.5.1 Descrição Geral	<p>Política pesqueira apesar dos seus desafios e objectivos prevalecerem ela é muito antiga e precisa ser actualizado. Na verdade, o sector pesqueiro Moçambicano precisa de políticas públicas mãos consistentes com a realidade e dinâmica económica actual (os subsectores competem quase que ferozmente em vez de se complementar).</p> <p>É preciso mencionar aqui que tanto o REPMAR como o REPAI e RPDR estão em processo de revisão, como também estão os Planos de Gestão das pescarias de camarão de superfície e o de Demersais a linha, para além de elaboração do plano de Crustáceos de profundidade.</p> <p>Tenho dúvidas que a legislação pesqueira nacional “seja interpretada em linha com as directivas da IOTC e SWIOFC” como se refere. Aliás ainda há muitos aspectos recomendados por estes, e outros fóruns regionais e internacionais, que precisam ser devidamente enquadrados na legislação nacional (o REPMAR em revisão parece que procura colmatar alguns aspectos, não ?)</p>	Revisto.
		<p>Atenção que por força da Lei das Pescas em vigor, formalmente a CAP já não existe e foi substituída por uma Comissão interministerial de alto nível (CNAP), que na pratica desde a aprovação da referida Lei nunca foi operacionalizado.</p> <p>Porquê não se privilegiou os dados do Anuário estatístico do MIMAIP (2006-2017/8) que considero ser o documento oficial que agregada os dados (de produção, exportações, etc.) de diversas fontes do sector ?</p>	<p>Revisto.</p> <p>Foram usados os dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (2006 – 2017) disponibilizado e dados do INE. Dados mais consistentes e sistematizados não nos foram disponibilizados.</p>
116	6.5.2 Caracterização das pescarias & Pressões e Ameaças	<p>Caracterização: Seria interessante definir parâmetros para caracterizar as diferentes pescarias (e assim permitir a necessária comparação), por exemplo sobre as características das frotas, evolução do licenciamento, zonas de operações, natureza dos investimentos, mercado(s) principal, importâncias económica (produção, exportações, empregos, valor/contribuição económica e social), estado de exploração e</p>	<p>Concordamos, mas a informação disponibilizada após pedido não apresenta a sistematização aqui sugerida.</p> <p>No entanto, a descrição é feita por um lado ao nível da pescaria e por outro ao nível do segmento de frota, que apresenta melhores dados (Descrição da actividade).</p> <p>A pescaria do atum estava já</p>



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>impactos ambientais, interações necessárias com a PA e com outras atividades / sectores, etc. Da maneira como está a análise está desequilibrada, sendo o exemplo mais gritante a pescaria de Atum (que não é mencionada antes no grupo dos recursos importantes) aqui tratada de forma bastante superficial (e o MIMAIP tem informação / dados suficientes necessários).</p> <p>Nesta base poderia se combinar este ponto (caracterização) com o ponto sobre Descrição da Atividade, Uso / Funções, tendências e uso de espaços, facilitando assim a leitura e análise da componente no geral.</p> <p>Ponto sobre pressões e ameaças: A análise sobre as pressões e ameaças neste sector deve incluir motivações e causas para além dos listados / tratados no documento (sobre pesca na PI, uso de chicocotas e quinias, etc). Questões como decisões que contrariam as recomendações dos planos de gestão (licenciar + do que o recomendado), dificuldades de controlar as operações de pesca no mar, limitações logísticas para fiscalizar (de pesca e de corte de mangal) e licenciar as atividades em zonas remotas etc. devem ser consideradas nesta análise.</p>	<p>referenciada.</p> <p>Apesar de concordarmos genericamente com esta ideia, a estrutura foi estabelecida desde a proposta. Por outro lado, a estrutura foi também condicionada ao tipo de informação que obtivemos.</p> <p>Alterado.</p> <p>Estas questões não se encontram muito documentadas de modo a suportar a análise.</p>
120 (Acima do quadro)	Pescas	Os planos de gestão de estão em uso desde 2014, não 2007 como refere no relatório	Revisto.
129		O texto não tem concordancia com as tabelas retificar no título da tabela 6.18	Corrigido.
139		Quadro 6.23 Numeros 11,18,19 São Direccoes Nacionais??????	(quadro 6.25) Revisto.
140		A Estratégia Nacional de desenvolvimento foi aprovada em 2014 pelo MPD. MEF 2014 não existia esta instituição.	Revisto.
143		Tabela 6.28 ou 6.27 colocar informação recente	Está é a. informação mais recente disponível
144		Nas tabelas e graficos não vem reflectido o espaço temporal, devem ser uniformizada as tabelas, a descrição das tabelas e graficos deve ser a coerente com a informação do texto.	Devido à escassez de informação sistematizada, houve a necessidade de enquadrar dados de várias fontes com diferentes espaços temporais. Este facto dificulta a leitura, mas dificultou ainda mais a análise.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
148	6.5.3 Valores (actuais e potenciais)	O valor económico das principais pescarias não é devidamente tratado e de forma desagregada. É difícil perceber por exemplo qual é a contribuição real da pescaria de pequenos pelágicos, dos crustáceos de profundidade, dos Demersais e do atum. Não sendo claro qual é o valor (e contribuição) económico e social de cada pescaria difícil será difícil para o MIMAIP no futuro justificar por exemplo a necessidade de reserva das respectivas áreas de produção no contexto de uma análise global de necessidades de investimentos e desenvolvimento das atividades que ocorrem no espaço marítimo.	Revisto.
153		Tabela 6.34, citar fontes actualizadas 2012 esta ultrapassado. Há também desalinhamento entre o número de centros de pescas mencionados no texto, com os que constam na tabela. Há que verificar bem os números de centros de pescas referenciados, pag 5 (1217 centros)	O número dos censos é aquele apresentado aqui (1586). Os dados disponíveis são do censo de 2013. O número de 1217 centros foi utilizado no capítulo das comunidades costeiras por corresponder aos centros localizados na faixa costeira.
154 (1º)	Pesca semi-industrial Marinha	O Texto fala de desembarque feitos entre o período 2005 ate 2019, e referenciam uma tabela 6.35 que só apresenta dados de 2006 a 2017.	Revisto.
158	6.5.4 Interação	A questão dos impactos sobre o meio ambiente já comentado anteriormente	Esta questão é abordada no primeiro parágrafo.



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
161	6.5.5 Recursos necessários à sua existência desenvolvimento sustentável	<p>Ao longo dos anos o sector tem feito um grande esforço em formar e capacitar tanto o quadro técnico como fazer a capacitação das comunidades pesqueiras em matérias de boas praticas de pesca e de conservação de pescado. Talvez seja necessário é avaliar se as estratégias dessas avaliações são os mais adequados. O SwioFish1-MZ providenciou recursos financeiros para a contratação de provedores de serviços (no caso a WWF e Rare) para apoiarem no desenho de planos e manuais de formação de quadros técnicos e capacitação das comunidades ajustados aos desafios actuais de mobilização para acções colectivas.</p> <p>Igualmente o SwioFish1-MZ financiou consultorias para estudos sobre os desembarcadouros para apoiar a PA, bem como para elaboração de um Plano Director de Infra-estruturas para o sector pesqueiro. Em ambos os casos o desafio seguinte é a mobilização de recursos financeiros para a sua materialização.</p>	Revisto.
162 e 166	6.5.6 Instrumentos de gestão 6.5.7 Necessidades de gestão	O conteúdo deste ponto precisa ser devidamente melhorado e enriquecido. Como referido anteriormente há uma série de iniciativas realizadas ou em curso (estudos da estratégia de MCS, processo elaboração de planos de gestão de algumas pescarias, revisão do REPMAR, estratégia de atum, Medidas de Estado de Porto, etc) que podem informar para um melhor conteúdo aqui.	Revisto.
167	Interesse em potenciar a integração numa rede	Escrever bem o nome da SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral	Corrigido.
177	6.6 Aquacultura	Escrever correctamenta Sussundeca	Corrigido.
186		O PES de 2018, estima para 2019	É o PES 2019, corrigido.
		EN7, estrada Nacional via Vanduze	Corrigido no capítulo dos portos.
191	Espaços ocupados	Deve ser, segundo a proposta do EPADA, porque ainda não foi aprovada a Estratégia. Segundo a proposta é estratégia e o Plano de Acção	Corrigido.
193		Escrever bem a sigla PARP – retirar a letra A no fim da palavra	Corrigido.



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
204	6.7 Infraestruturas Portuárias e Transporte Marítimo	<p>Porto de Techobanine: verificar a sua viabilidade ambiental, uma vez que agora esta dentro da APA</p> <p>O Portos e Transporte Marítimo, tem 4 grandes operadores: CFM, Dubai Ports/MPLC (Maputo) e Port of Rotterdam / Cornelder (Beira) e CDN (Nacala). Dada a dimensão global do Dubai Ports e do Port of Rotterdam, seria útil conhecer os respectivos programas ambientais e sociais, uma vez que podem ser discutidos com o MIMAIP como possíveis replicas em Moz</p>	<p>De facto existe um conflito por estar na reserva RMPPPO. Este facto foi referido nesta versão do relatório (e na identificação de conflitos nas fases seguintes).</p> <p>Seria muito interessante e útil no âmbito de um plano portuário nacional. Não faz parte do âmbito de um plano de ordenamento do espaço marítimo.</p>
208		Figura 6.24 complexo portuario de Maputo o mapa não está visível, deve se melhorar os mapas (O mapa deve mostrar Moçambique objecto de estudo, coloca-lo a escala de Maputo, com mapa de urbanização a boa escala.	A figura pretende enquadrar a localização dos portos face ao tráfego existente no espaço marítimo (que é o objeto de estudo). A legenda foi revista.
209	Descrição dos principais portos	Figra 6.24, melhorar o mapa fazer a escala do país ou mesmo a escala de Maputo, que mostra uma visualização detalhada. Apresentar a escala apropriada. (mesmo comentário é valido para todos os portos, Nacala, beira, Nacala-a-velha mocimboa da praia, etc)	Idem. Nota: nas figuras seguintes de cada porto aparece informação mais detalhada sobre o porto.
213		Via nova Vanduze é cruzamento de Vanduze	Corrigido.
214	Porto da Beira	Actualizar a informação, o porto tem 13 cais	Na página do porto da Beira apenas são referidos 12. Existe uma referência ao Cais 13 (Novo Terminal Portuário de Carvão do Porto da Beira), mas sem qualquer caracterização. O Decreto 47/2014 de 17 de Setembro aprova os termos de concessão e refere algumas características que incluímos no relatório.
243 (2º)	Porto de Macuse	<p>Actualizar a informação os CFM já não fazem parte da sociedade, venderam os 20% e a designação, rever a designação da sociedade.</p> <p>Porto de Moatize a informação deve ser actualizada a informação referente ao Porto de Maputo. Mapa de dados incluir patrimónios e dados.</p>	<p>Não foi disponibilizada informação sobre estas questões. Texto revisto no relatório com a eliminação do CFM e do valor percentual das participações.</p> <p>(será Macuse, ou Maputo?) Em qualquer dos casos não recebemos dados que permitam essa análise.</p>
244	Porto de Techobanine	Melhorar a figura 6.47, que não é visual e inapropriada para representar o porto. Solicitar no departamento de património	Foi por diversas vezes solicitada informação (com pedidos reforçados pela DIPOL) à CFM/MTC e nada



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		e Engenharias nos CFM.	recebemos. procurámos melhorar a figura.
245 (1º e 2º)	Porto de Chongoene	Retirar o texto sobre este porto pois esta informação não tem fundamento nenhum, aproximar-se ao MTC para buscar informação fiável sobre proostas de construção de futuros portos.	Retirado. Como referimos não recebemos qualquer informação sobre esta matéria.
255 (2º)	Cabotagem	A criação dos órgão regulador dos Trasportes marítimos e portos deve aparecer como uma proposta. Ultimo paragrafo a informação que consta neste paragro não está concluida, a mesma deve aparecer em forma de proposta ou melhor é uma actividade que está para ser implementada.	Revisto.
268	6.8 Obras de Protecção Costeira	<p>“Pressões e ameaças. Pelas razões descritas acima, a adopção de uma estratégia de intervenção na faixa costeira com recurso a estruturas de defesa artificiais pesadas configura uma pressão sobre o ambiente costeiro que não elimina os problemas que motivam a sua implementação. “</p> <p>Ter em conta que as infraestruturas costeiras dependem e impactam das mudanças climáticas (erosão, correntes), sendo por isso essencial bons estudos de base e projectos para a sua construção sólida e duração no tempo, combinando projectos de infraestruturas grey/green. Tal como acima, dada a experiencia dos operadores, a partilha dos seus conhecimentos e experiencias em gestão e protecção de infra-estruturas costeiras, pode ser uma enorme vantagem para Moçambique e uma contribuição da parceria dos operadores.</p>	<p>O texto assinalado está na pp 278.</p> <p>As obras de protecção costeira, de engenharia pesada, destinam-se a defender a margem terrestre da erosão. Contudo, apesar de fundamentadas em bons estudos de base e serem duradouras, a experiência mostra que têm numerosos inconvenientes e podem mesmo agravar o fenómeno que pretendem combater - a erosão. A opção por soluções de engenharia pesada deve ser restrita a casos muito particulares. As parcerias com os operadores e a partilha dos seus conhecimentos podem trazer mais vantagem para Moçambique se concretizadas em soluções de defesa costeira baseadas na reposição do balanço sedimentar.</p> <p>A justificação detalhada encontra-se no tópico “Impactos sobre o meio marítimo” e também no ponto 6.2.4 “pressões e ameaças”.</p>
281	6.9 Turismo e Recreio	Interacção e recursos são dois parágrafos determinantes no uso seguinte desta caracterização – alias em todos os sectores económicos deste tomo. Seria útil que por distrito ou província, estas caracterizações	Consideramos a proposta muito interessante mas não cabe no âmbito de um plano de ordenamento do espaço marítimo.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		pudessem vir a ser combinadas de forma a informar os planos provinciais e distritais de desenvolvimento, de uma forma integrada e complementar, que facilita as decisões estratégicas de investimentos sustentáveis, resilientes e inclusivos.	
281	Turismo e recreio	Relatório fala de 26% da área do país é área de conservação marinha.	O relatório diz que 26% é o global do país. A componente marinha é inferior a 5%.
284 (1º)		É irrelevante trazer aqui, informação de ataques em Cabo Delgado	Foi retirada a referência.
306	turismo	Tabelas 6.5 a 6.68 repetem-se nas paginas seguintes	Foi um problema com referências cruzadas, foi de imediato entregue uma versão corrigida.
325 [322]	6.10 Património Cultural, Arquitectónico e Arqueológico	<p>"Em Moçambique não está ainda aproveitado e desenvolvido de forma coordenada o potencial do património cultural marítimo para fins turísticos, apesar de..." "Planos de ordenamento e gestão específicos"</p> <p>Descrição sucinta e abrangente do Património. Quadros incluídos neste capítulo podem facilitar uma parceria estratégica plano de acção com o Ministério da Cultura e Turismo para dinamizar áreas culturais chave próximas de comunidades piscatórias a desenvolver.</p>	Nada a acrescentar.
	6.11 Recursos Minerais – Caracterização do recurso?	Mistura mapas sobre concessões mineiras e distribuição de hidrocarbonetos, recomenda-se a produção de mapas separados, depois pode se apresentar mapas agregados.	As licenças, concessões minerais e outros títulos mineiros e os Blocos de hidrocarbonetos foram digitalizados a partir do mesmo Mapa Base o qual se encontra no site oficial do Cadastro Mineiro, pelo que não é viável, nem há necessidade de os fazer em separado.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
393 [390]	6.11 Recursos Minerais 6.12 Recursos Energéticos: Pesquisa, Produção Futura e Utilização de Hidrocarbonetos	<p>Tal como no sector dos Transportes (e abaixo da energia) as interações e os impactos são grandes, mas os operadores são também entidades técnica e financeiramente capazes de oferecer ao país os melhores trade-offs para um desenvolvimento económico sustentável e amigo do ambiente. Assim a importância de um mapa de conflitos/diversidade de usos sobre as zonas costeiras, chamando a atenção para maiores concentrações do recurso, valor económico, impactos e possíveis contrabalanços, são a grande mais valia que pode derivar do PÖEM, para permitir ao MIMAIP, ao Conselho do Mar e ao Governo em geral a tomada de decisões que contribuem para todos os sectores.</p> <p>A articulação entre os vários IOTs , as prevalências ambientais e de Segurança e a Agenda 2030, poderão assim ser simultaneamente atendidas, melhor contribuindo para os objectivos do PQG.</p> <p>Tambem, se as agendas de desenvolvimento sustentável e social (RSC, que deve incluir apoio á investigação científica) dos grandes operados no espaço marítimo, forem igualmente aplicadas em Moçambique, será uma vantagem para o ponto acima, podendo eventualmente isso implicar a revisão do quadro legal actual e a uma maior articulação entre MIMAIP, MEF, MTA e os outros ministérios sectoriais.</p>	Concordamos na generalidade.
410 [407]		Apresenta um gráfico com dados até ao ano 2012 deve, procurar fontes recentes, que trazem informação até pelo menos até 2018.	A figura foi actualizada.



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		<p>A tabela 6.2, apresenta pouca informação, deve procurar dados actualizados que vão permitir trazer depósitos de diferentes minerais (quadro 6.2)</p> <p>Dados recentes e actualizados podem ser obtidos junto do Inst. Nac. Minas, dados de 2004, são ultrapassados.</p>	<p>Não é possível alterar o Quadro 6.72, por um lado porque se trata de depósitos de características geológicas específicas "Placers" e porque trabalhos de Prospeção e Pesquisa ainda não estão terminados para quantificação de reservas de novos depósitos sedimentares costeiros. Assim, o documento oficial que pode ser considerado e citado é o de Lachelt, 2004, de onde a informação foi retirada. Refira-se ainda que este tipo de informação é escassa e ainda tem o agravante de dificuldade em termos de declaração por parte das empresas e por assim dizer, fragilidades dos mecanismos legais de disponibilização e promoção de informação por parte do estado. Seria mais fácil encontrar informação genérica de depósitos minerais, por formarem-se em contextos geológicos e geográficos distintos. Portanto é dada a peculiaridade destes depósitos que ha raridade de informação.</p>
503 [500]		Não existe a Política nacional de Aguas 1 e 2, apenas Política de Aguas de 2017	Revisto.
511 [508]		Apresenta um sub-título sobre recursos hídricos, não percebe-se o que pretende trazer aqui	O recurso hídrico (hidro electricidade) representa uma das fontes mais relevantes no âmbito da produção de energia. Dado que os estudos que culminaram com a produção de energias renováveis mostram que ao longo da costa norte (províncias de Cabo Delgado e Nampula) existe um potencial de produção de energia com base nesta fonte julgou-se relevante fazer menção desta fonte.
		<p>No que diz respeito a produção de energia, o potencial apresentado no relatório é muito menor do que o existente no país.</p> <p>Tratando-se de informação sobre recursos hidricos, deve-se consultar o Sector de águas</p> <p>Cruzar a informação, (Dir. Nac. Energia com dados da DNGRH - MOPHRH),</p>	De facto, houve um erro na edição do texto. No ponto dos recursos hídricos onde está 18,6 MW, é 18,6 GW (corrigido).
551 [548] (1°)	Investigação Científica – necessidades de Gestão	Retirar o paragrafo	É uma constatação relevante relacionada com esta actividade. Não percebemos a razão para retirar o parágrafo.



Relatório de ponderação da Matriz de Análise e Comentários do Entregável 4

Outras alterações

- No capítulo 6.12 foram actualizados alguns dados e acrescentada informação sobre a produção *onshore*

Tomo 4 - Avaliação e Desenvolvimentos Futuros

Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
25 (1º)	7.4.3 Protecção do Ambiente	Não são 130 municípios mas sim 64, corrigir Poluição é um dos indicadores da da qualidade Ambiental, tirar a palavra poluição, no primeiro. Rever o primeiro período do paragrafo, traz informação incoerente e mostra que essa informação não buscou numa fonte credível. Citar a fonte.	Houve uma troca com os distritos costeiros, mas a referência foi retirada. Retirado. Não percebemos a incoerência. As fontes estão citadas no texto.
27		Enumerar os tais uso, rever dados demográficos, e verificar o número dos distritos costeiros os distritos costeiros d	Foi reformulado.
25 (2º)		Rever os temos cidade formal e informal, não são de uso nacional, fala de aterros, não temos aterros mas sim lixeiras.	São os termos usados pela fonte citada. Noutros documentos encontra-se também esta distinção, de qualquer modo foi reformulado.
23 (3º)		Rever o paragrafo todo, não se entende o que pretende transmitir.	Foi reformulado.
50 e 51	Referencia Bi	Mair parte das citações feitas ao longo do texto não aparecem nas referencias Bibliograficas Não é correcto trazer como referencia o discurso do PR	Foram identificadas e acrescentadas algumas referências embora venham de textos temáticos do relatório. O discurso merece ser referenciado.
35 (1º)		Citação não adequada	Citação está correta.
37 (4º)			Não percebemos.
47 (4º)	Investigação científica	Incluir estuários e deltas, nas áreas de investigação que constatou. Particularmente no que refer aos caudais para manutenção de espécies marinhas.	Estão incluídas. A referência foi corrigida.
6	Economia de Moçambique	Deve estar patente a o Sector da agricultura, falar de desenvolvimentos futuros, De forma global não aparece a representação da contribuição desses sectores para a economia.	Considerado fora do âmbito da economia do Mar. De qualquer modo não dispomos dessa informação.
		Todas áreas devem ilustrar com números com tabelas de comparação, muito texto e pouca ilustração daquilo que se fala – não há nenhuma indicação sobre o desenvolvimento do futuro.	Os dados existentes foram vertidos no relatório. A análise prospectiva da economia de Moçambique não cabe neste âmbito.



Parecer Comissão Consultiva			Ponderação pelo Consórcio
Página (parágr.)	Capítulo / Tema	Comentário	
		Pronunciamento do desenvolvimento da agricultura nos próximos anos.	Sobre agricultura ver o comentário acima.
43 (2º)	Recursos energéticos	Faz referencia ao atlas de energias renováveis mas, sem citar o ano,	Corrigido.
45 (8º)		Não há venda de licenças, mas sim atribuição ou transmissão de licenças de pesquisa, retirada do INP, deixar apenas o MIREME.	Corrigido.
55 (2º)		Na listagem das áreas temáticas feitas, propõe-se a organização das áreas temáticas, agrupando as em categorias, há algumas actividades que não são áreas temáticas Ex. exploração mineira, produção de energia, clima, etc	Este capítulo foi revisto. As áreas temáticas coincidem com as áreas temáticas abordadas no relatório.
46 (3º)	Investigação científica	Obedecer hierarquia na designação das instituições dedicadas a investigação científica marinha, de incluir também o IIP	O parágrafo foi reformulado.
531?		Proposta Investigação Científica devia-se fazer a investigação Marinha, segundo o ultimo decreto aprovado pelo IIP, recomenda que a instituição tenha navios de investigação para melhor desempenho da actividade, não só a investigação marinha feita pelos alguns privados chega a ser uma ameaça a soberania.	Supomos que se refere ao Tomo 3. Não encontramos um decreto específico do IIP mas o texto foi alterado tendo em conta a proposta.